



ORIENTE MÉDIO

Corte de Haia exige que Israel evite genocídio

Tribunal Internacional de Justiça também ordena medidas imediatas para viabilizar ajuda humanitária à população civil da Faixa de Gaza, mas não cobra cessar-fogo. Palestinos celebram, e Netanyahu classifica a acusação como "escandalosa"

» RODRIGO CRAVEIRO

Quinze dos 17 juízes que compõem a Corte Internacional de Justiça (CIJ) — a máxima instância judicial da Organização das Nações Unidas (ONU), em Haia — acataram o recurso de emergência apresentado pela África do Sul e exigiram que Israel tome todas as medidas ao seu alcance para impedir atos de genocídio na Faixa de Gaza, além de prevenir e punir a incitação a esse tipo de crime. O tribunal se baseou na Convenção para a Prevenção de Genocídios, assinada em 1948, depois do Holocausto. Apenas as magistradas Julia Sebutinde (Uganda) e Xue Hanqin (China) destoaram dos colegas e recusaram as disposições. A CIJ também ordenou que Israel tome medidas imediatas e eficazes para permitir o fornecimento de serviços básicos e de ajuda humanitária, "urgente e necessariamente necessários para abordar as condições de vida adversas dos palestinos na Faixa de Gaza". A decisão da CIJ não reivindica, explicitamente, um cessar-fogo. Também evitou se pronunciar sobre a questão subjacente de enquadrar, ou não, as operações militares israelenses no enclave palestino no conceito jurídico de genocídio.

Enquanto os palestinos celebravam um "momento histórico", o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, classificava a acusação sul-africana como "falsa e escandalosa". "Pessoas decentes de todos os lugares deveriam rejeitá-la. Estamos travando uma guerra injusta. Lutamos contra os monstros do Hamas, que assassinaram, estupraram e sequestraram nossos cidadãos. Continuaremos fazendo de tudo para proteger a nós mesmos e aos nossos cidadãos, respeitando, ao mesmo tempo, o direito internacional", declarou o chefe de governo. Ele acusou a Corte de Haia de privar o Estado judeu do direito básico à autodefesa. Israel Katz, ministro das Relações Exteriores de Netanyahu, sublinhou que o compromisso do país com o direito internacional é "inabalável". "Louvo

nossa excelente equipe jurídica por seus excelentes esforços. Vocês representaram Israel e o povo judeu com honra. Vocês nos deixaram orgulhosos", disse.

Os Estados Unidos, aliados de Israel, desqualificaram as alegações. "Seguimos acreditando que as acusações de genocídio são infundadas e tomamos nota de que o tribunal não se pronunciou sobre o genocídio nem pediu um cessar-fogo em sua decisão", reagiu o Departamento de Estado americano.

Em nota, o movimento extremista palestino Hamas saudou a decisão e disse acreditar que a CIJ comprovou a acusação de genocídio contra Israel. "A decisão abre caminho para líderes inimigos serem responsabilizados por crimes ante um tribunal internacional, ao enfatizar os direitos do povo palestino de decidirem o seu destino, estabelecerem um Estado independente e retornarem para sua terra e sua casa", afirma o texto.

"Medidas marginais"

Na opinião do israelense Barak Medina, professor de direito na Universidade Hebraica de Jerusalém, as implicações práticas das medidas da Corte de Haia são "marginais". Ele destacou que o tribunal exige que Israel se certifique de que não comete o crime de genocídio. "É uma decisão praticamente sem sentido, uma vez que Israel não comete esse crime, independentemente da resolução da Corte", afirmou, por e-mail. O estudo denunciou que o raciocínio dos 15 juízes foi tendencioso.

Medina explicou que, ao determinar que não pode excluir a possibilidade de genocídio, a CIJ baseia-se exclusivamente no "terrível efeito" da guerra sobre a população civil de Gaza e em algumas declarações de líderes de Israel. "Ela ignora por completo as evidências relativas às táticas de guerra do Hamas, que usa a população civil como escudos humanos, e das Forças de Defesa de Israel, que evita alvejar civis intencionalmente, além de materiais adicionais que rejeitam a alegação sobre a intenção



Tanque israelense é visto diante de palestinos em fuga de Khan Yunis, no sul da Faixa de Gaza

de destruir o povo palestino." A CIJ, que dispõe sobre disputas entre nações, emite decisões vinculativas e inapeláveis, mas carece de meios que garantam sua aplicação.

Mustafa Barghouti, secretário-geral da Iniciativa Nacional Palestina e potencial sucessor do presidente Mahmud Abbas, disse ao **Correio** que, pela primeira vez na história, "depois de 75 anos de completa impunidade ante o direito internacional, Israel está despojado da impunidade e precisa enfrentar a Corte Internacional de Justiça". "Por meio de suas decisões, a CIJ deixou claro que há uma possibilidade de haver um caso de crime de guerra e de genocídio contra Israel. Isso é muito importante, pois mudará toda a atmosfera. É claro que teria sido melhor se a Corte chegasse ao ponto de ordenar a imediata interrupção da guerra. Na realidade, todas as exigências feitas a Israel não podem ocorrer sem um cessar-fogo permanente", disse.

Para Barghouti, a decisão de Haia coloca Israel, mas também os Estados Unidos e outros países aliados, como a Alemanha, em uma decisão "muito difícil". "Se eles

não apressarem a implementação do cessar-fogo imediato e não pararem com as atrocidades contra o povo palestino, serão cúmplices."

"Dia histórico"

Embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben também comemorou. "Este é um dia histórico, em que a voz da lei, a qual Israel se recusa a respeitar e a implementar, triunfou", afirmou de reportagem. O diplomata advertiu que todos aqueles que tentam apoiar o "comportamento agressivo" e a "ocupação ilegal" estarão do outro lado do consenso global, nos âmbitos político, diplomático e militar. "Solicitar que sejam tomadas medidas práticas para impedir o fim do genocídio é um reconhecimento implícito do genocídio."

Por meio do WhatsApp, Daniel Zonshine, embaixador de Israel no Brasil, sublinhou que o tribunal da ONU "deixou claro que sua decisão não determina se as reivindicações da África do Sul têm algum mérito". "Israel tem o direito de se defender contra o ataque terrorista que está em curso. Nossa guerra é contra o

Hamas, não contra os civis palestinos", disse ao **Correio**.

Qais Shqair, embaixador e chefe da Missão da Liga Árabe no Brasil, admitiu ao **Correio** que 26 de janeiro de 2024 "será lembrado não apenas pela Justiça, mas pela comunidade internacional, pela humanidade e pelo Estado de direito". Segundo ele, a decisão da CIJ deveria marcar um "genuíno ponto de partida para a ONU praticar suas obrigações na busca da paz e da estabilidade mundiais, por meio da adesão de todos os países a essa convenção". "Ninguém está acima da lei. O caminho correto que conduz à segurança, à estabilidade e à paz deve estar restrito à lei e ao mandato da legitimidade da ONU."

Presidente da Confederação Israelita do Brasil (Conib), Claudio Lottenberg avaliou que a acusação de genocídio foi proposta dentro de uma estratégia política. "Na prática, a decisão da CIJ reforçará as responsabilidades de ambos os lados. Haverá pressão maior pela solução dos reféns e a oportunidade de uma reflexão maior por parte dos países que aderiram ao processo de condenação", observou ao **Correio**.

Eu acho...



"Nós estamos comprometidos em agir de acordo com os direitos dos civis palestinos e as obrigações, sob o direito internacional, incluindo a lei humanitária. As acusações da África do Sul sobre genocídio são infundadas."

Daniel Zohar Zonshine, embaixador de Israel no Brasil



"O cessar-fogo é um dossiê urgente a ser abordado pelo Conselho de Segurança da ONU, que tem jurisdição, após a decisão da CIJ. Ninguém está acima da lei. Esta é a lição. A humanidade é mais forte do que a injustiça e a força bruta."

Ibrahim Alzeben, embaixador da Palestina no Brasil



"Embora preliminar, a decisão legítima o direito à autodefesa do Estado de Israel, desclassifica o entendimento do genocídio e recomenda que Israel continue fazendo aquilo que vem fazendo, tomando os devidos cuidados com civis. Até o momento, vejo um desfecho positivo para Israel."

Claudio Lottenberg presidente da Confederação Israelita do Brasil (Conib)



"A resolução da Corte Internacional de Justiça escancarou a porta para a possibilidade de reforçar um enorme boicote e sanções de desinvestimento contra crimes israelenses. Isso abre a possibilidade para um movimento muito mais amplo, mais sério e mais eficaz nesse sentido."

Mustafa Barghouti, secretário-geral da Iniciativa Nacional Palestina e potencial sucessor do presidente Mahmud Abbas

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Atrito com Israel está só no começo

A decisão de ontem da Corte Internacional de Justiça sobre a denúncia contra Israel por prática de genocídio em Gaza não tem efeito prático à vista. Por ampla maioria, os 17 juízes acolheram o pedido da África do Sul e darão sequência ao processo — um julgamento que vai se arrastar por anos. Em caráter preliminar, determinaram que o governo israelense "tome todas as medidas para evitar atos que possam ser considerados como genocídio", entre outras providências.

A Corte frustrou em parte os sul-africanos — e os palestinos —, que pediam a ordem de um cessar-fogo imediato, e igualmente Israel, que defendia o arquivamento do caso. Embora a decisão tenha força de lei, o tribunal de Haia não dispõe de meios para fazê-la valer. O impacto é principalmente político-diplomático, com repercussão nas relações entre o Estado judeu e os mais de 50 países que endossaram a petição, entre eles o Brasil.

Minha casa...

Por aqui, os efeitos se fazem sentir no âmbito da sempre fugidia fronteira entre liberdade de expressão e discurso de ódio. Nas últimas semanas, a Confederação Israelita do Brasil (Conib) foi à Justiça reclamar medidas punitivas contra autores do que qualifica como manifestações antisemitas. Para o jornalista Breno Altman, judeu e autor de livro em que condena com veemência o sionismo, a Conib pede a suspensão de todas as redes sociais e a proibição de que faça debates ou mesmo dê entrevistas.

Outros componentes entram em jogo nas reações ao ex-deputado e ex-presidente do PT José Genoíno. Em transmissão pelas redes, ele classificou como "interessante" uma campanha de boicote contra "determinadas empresas de judeus", além da suspensão das relações comerciais com Israel nas áreas de segurança e defesa.

...minhas regras

Afora o repúdio da Conib e de outras entidades, além de denúncia oferecida contra Genoíno ao Ministério Público, o caso deu espaço a um lance com implicações diplomáticas. O embaixador de Israel, Daniel Zonshine, cobrou do governo a "punição" do ex-deputado — por integrar o partido do presidente Lula. Por aqui, no entanto, a esfera para esse tipo de demanda é a Justiça.

No código de conduta da diplomacia, um embaixador não deve se pronunciar publicamente para dizer ao governo do país onde é acreditado o que deve ou não fazer. É normal que manifestações do tipo motivem a convocação do diplomata à chancelaria para ouvir uma censura. Zonshine se agastou recentemente com o governo ao promover no Congresso uma reunião fechada com bolsonaristas — inclusive, o ex-presidente —, como parte da campanha para justificar a ofensiva militar em Gaza contra o Hamas, ação que o governo brasileiro considera "desproporcional" aos ataques de 7 de outubro contra Israel.

Virou a maré

Como ficou claro desde que irrompeu a guerra em Gaza, a troca de guarda no Planalto sinaliza mais um movimento pendular nas relações bilaterais com Israel. Nos governos petistas, entre 2003 e 2016, o Brasil fez uma inflexão pronunciada na política para o Oriente Médio: promoveu a Cúpula América do Sul Países-Árabes, intensificou os contatos com o Irã e, nos últimos dias de 2010, às vésperas de encerrar o segundo mandato, Lula reconheceu a soberania da Autoridade Palestina nas fronteiras anteriores à guerra de 1967.

O momento talvez mais agudo veio em 2014, quando Dilma Rousseff retirou o embaixador brasileiro em resposta a outra ofensiva maciça de Israel contra Gaza. Na sequência, rejeitou o indicado pelo premiê Benjamin Netanyahu — que à época acumulava a chancelaria — para chefear a representação no Brasil. Os países voltaram a trocar embaixadores no governo de Michel Temer, e as relações se estreitaram no mandato de Jair Bolsonaro, que chegou a

ensaiar a transferência da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, que não é reconhecida pela comunidade internacional como capital israelense.

Tic-tac

A guerra em Gaza, com suas projeções pela região, somou-se aos já quase dois anos do conflito na Ucrânia, que coloca Rússia e Otan mais próximas de um confronto direto desde o fim da Guerra Fria, e levou o Boletim dos Cientistas Atômicos a manter seu "relógio do juízo final" no ponto mais crítico desde que foi criado, em 1947: 90 segundos para a destruição.

A iniciativa foi lançada pelo "pai" da bomba atômica, Robert Oppenheimer, em parceria com colegas no Projeto Manhattan. Em 1991, com o fim da União Soviética e acenos ao desarmamento nuclear, o ponteiro recuou para 17 minutos antes da meia-noite. Desde então, entre idas e vindas, avançou progressivamente até o ponto atual — que há alguns anos leva também em consideração as mudanças climáticas e outros fatores ambientais.